



Foto: Assessoria de
Comunicação/MEC

Acesso à Educação e Obrigatoriedade

Conferência Nacional de Educação

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Secretária de Educação Básica

Ministério da Educação

ACESSO À EDUCAÇÃO E OBRIGATORIEDADE

- As iniciativas de políticas públicas que regulam a oferta do acesso e da obrigatoriedade na educação pública são estratégicas na responsabilização do estado brasileiro, no processo de democratização de oportunidades ao saber sistematizado.
- Por consequência, essa democratização induz e instiga o movimento social, as autoridades públicas, os profissionais da educação escolar a darem especial atenção às alternativas viáveis em prol da qualidade do ensino.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

PRINCIPAIS GARANTIAS

- Educação é um direito constitucional de todos.
- É um dever do Estado, da família e da sociedade.
- Visa ao pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- O sistema educacional brasileiro é escolar e a educação infantil é a primeira etapa da educação básica.

“O caráter obrigatório da EDUCAÇÃO vale para a família, mas também para o Estado. E o Estado tem a obrigação de garantir o direito à EDUCAÇÃO. Não podemos criminalizar aquela família que não tem condições de mandar seu filho à escola por falta de salário digno. Por isso, dizemos que essa é uma política social, não apenas educativa. Na grande maioria dos casos, a família não pode ser culpada, é responsabilidade do sistema social. Não há nenhum país no mundo que tenha boa EDUCAÇÃO para todos que não tenha avançado também na distribuição de renda”.

Entrevista do Professor **Juan Tedesco**,
então ministro da educação da Argentina,
para a revista Carta na Escola.

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

- É visível a determinação do atual governo brasileiro em fortalecer ações que, somadas à mobilização da sociedade e às decisões do Parlamento, apontem o caminho correto para se alcançar um patamar de políticas e de investimentos necessários à consolidação de uma educação, que, para além do acesso e da obrigatoriedade, combine quantidade - atendimento a todos e em todos os níveis - **com qualidade.**

ATENDIMENTO A TODOS E EM TODOS OS NÍVEIS, COM QUALIDADE

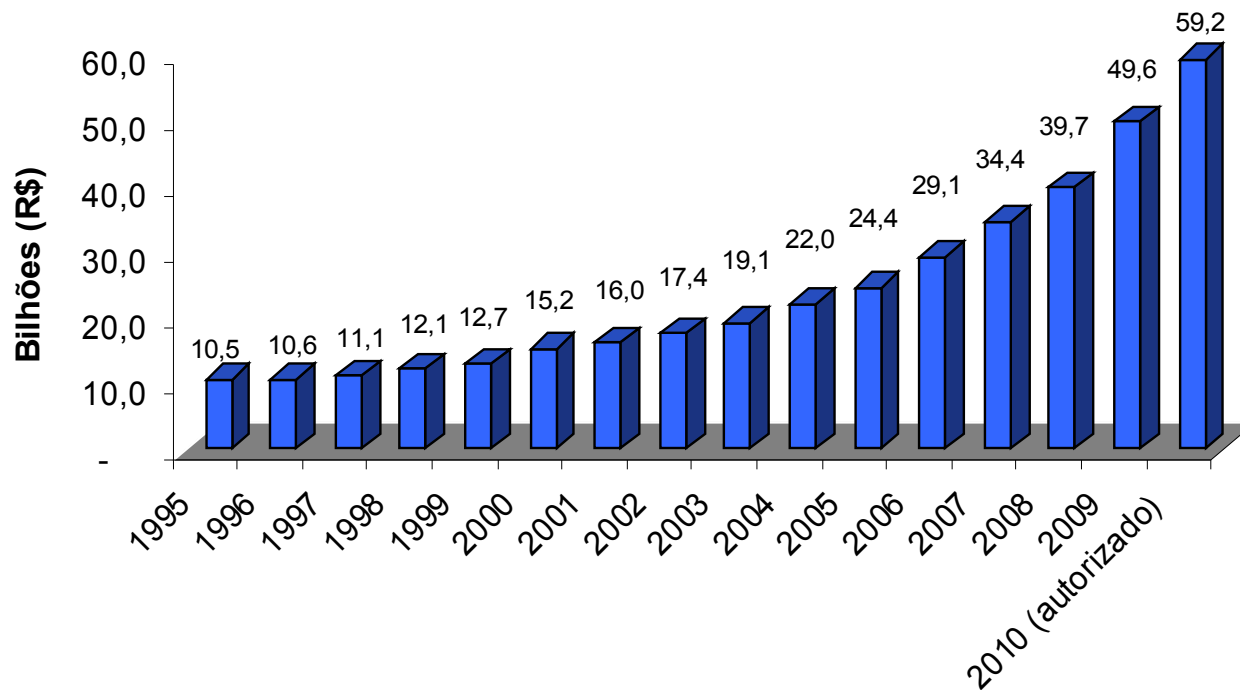
- Passos nessa direção são dados desde 2003 e aprimorados a partir de 2007. Assim é que se instituiu o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); a convocação desta Conferência Nacional de Educação (Conae); a atualização do Plano Nacional de Educação (PNE); os Planos de Ações Articuladas; a inédita implementação do Piso Salarial Profissional; a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação.
- Já o investimento na educação básica tem sua elevação focada na edição do Fundeb e na repartição e abrangência do salário-educação.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

- A Lei nº 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, ao iniciar-se aos seis anos de idade, o que por sua vez tornou-se meta da educação nacional pela Lei nº 10.172/2001, que aprovou o PNE. Em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração, com a inclusão das crianças de seis anos de idade.
- A ampliação é importante especialmente por dois aspectos: (a) assegurar às crianças um ano a mais de alfabetização e a escolarização; e (b) instalar, em nível nacional, um movimento em prol da avaliação e da reorganização do ensino fundamental na perspectiva de um novo ensino obrigatório.

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Orçamento total do MEC (com Fies e Salário-educação)



EDUCAÇÃO BÁSICA AVANÇOS

- A evolução da realidade educacional provou o acerto dos que, algum tempo atrás, propunham a construção da qualidade da escola pública, a partir da institucionalização da obrigatoriedade da oferta para a criança e o adolescente, e, por consequência, a responsabilização do Estado na oferta do ensino – educadores como Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire – que, em diferentes momentos, tiveram destacada atuação na combinação das políticas de acesso e da obrigatoriedade com a universalização, a gratuidade, a equidade e a qualidade no ensino público brasileiro.

EDUCAÇÃO BÁSICA AVANÇOS

- O País vivencia, desde o final do século XX, um período de melhoria significativa em todos os indicadores que medem as oportunidades de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica.
- Como consequência, o número de analfabetos continua a cair, em especial, entre as crianças e adolescentes.
- Também vem aumentando progressivamente o número médio de anos bem-sucedidos de estudo da população nas diferentes faixas etárias e em todas as regiões do País.

EDUCAÇÃO BÁSICA

AVANÇOS

- O País está muito próximo da universalização do ensino fundamental. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007 (Pnad), do IBGE, 97,6% das crianças entre 7 e 14 anos – faixa em que se concentra a obrigatoriedade do ensino fundamental – estão na escola, o que representa cerca de 27 milhões de estudantes.
- A análise da evolução do Ideb (2005 e 2007) revela que 70% dos municípios brasileiros superaram ou atingiram as metas referentes aos anos iniciais do ensino fundamental para 2007.
- Com o Fundeb houve ampliação do financiamento para toda a Educação Básica.

EDUCAÇÃO BÁSICA

DESAFIOS

- Universalizar o acesso ao ensino fundamental. Os 2,4% das crianças que permanecem fora da escola representam cerca de 680 mil crianças de 7 a 14 anos, segundo dados da Pnad 2007. As mais atingidas são as oriundas de populações vulneráveis, como as negras, indígenas, quilombolas, pobres, sob risco de violência e exploração, e com deficiência. Ou seja, as desigualdades presentes na sociedade ainda têm um importante reflexo no ensino brasileiro.
- Aumentar a jornada escolar diária por meio da escola integral e programas como Mais Educação (10.000 escolas, remuneração específica do Fundeb).

EDUCAÇÃO BÁSICA

DESAFIOS

- Implementar, efetivamente, o ensino fundamental de nove anos em 2010; e garantir as condições concretas para a matrícula dos 4 aos 17 anos até 2016, com o objetivo de ampliar o atendimento das crianças de até 5 anos na educação infantil e dos adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio. Eles representam, hoje, o maior contingente fora da escola.
- Fortalecer a escola pública pela: gestão participativa e democrática; inclusão de alunos com deficiência, formação dos educadores; e consideração das condições socioeconômicas e culturais dos alunos (diversidade).



<http://www.mec.gov.br/>